

Actividade profissional dos diplomados pela Escola Superior Agrária de Castelo Branco

Celestino Morais de Almeida¹, Lurdes Esteves²

Dando continuidade ao esforço que a ESACB tem desenvolvido no sentido de recolher informação sobre a inserção profissional dos seus diplomados, apresenta-se uma breve síntese relativa aos indicadores que consideramos mais ilustrativos desta problemática. Alertamos desde já que informação mais detalhada sobre os aspectos aqui abordados poderá ser recolhida no relatório final do estudo que se encontra na biblioteca da ESACB, ou junto dos próprios autores. Os resultados que se apresentam resultam de um inquérito postal feito aos diplomados entre 1997 e 1999 e têm fundamentalmente valor indicativo, sem deixarem contudo, de constituir uma base para a discussão e reflexão por parte das entidades directamente relacionadas com o sistema de formação e de inserção profissional. Por tal razão, o presente artigo assume-se essencialmente como um instrumento de divulgação, deixando a cargo do leitor a reflexão cuidada sobre os assuntos que mais directamente lhe dizem respeito.

Aspectos metodológicos - Os dados que se apresentam são relativos à inserção profissional dos diplomados pela ESACB durante o período de Junho de 1997 a Junho de 1999. O inquérito foi enviado a todos os ex--alunos que se diplomaram durante o referido período, tendo-se obtido um taxa de resposta de 50%, mais ou menos uniforme para cada curso e relativamente aos 234 inquéritos enviados (Tab.1).

É de salientar, que esta taxa de resposta é bastante satisfatória atendendo à metodologia que se utilizou. Será apenas de ressaltar que a representatividade entre cursos e anos é marcadamente diferente, com particular destaque para a elevada representação do Curso de Produção Agrícola em contraste com a fraca representação do curso de Maquinaria Agrícola. Este facto deve-se unicamente, na nossa opinião, aos poucos anos de existência deste último curso e ao baixo número de diplomadas existentes até à data do estudo. Relativamente à taxa de resposta por sexos, registaram-se 37% de respostas por diplomados do sexo feminino e 63% do sexo masculino. Face a estas considerações de natureza metodológica, parece-nos importante referir que os valores que se apresentam podem ser considerados, com alguma segurança, como indicadores válidos para quaisquer reflexões a desenvolver sobre os aspectos com eles relacionados.

Tab. 1 - Distribuição da resposta por curso

Cursos	Nº de respostas	%
Produção Agrícola	54	42,5
Produção Animal	38	29,9
Produção Florestal	26	20,5
Ordenamento dos Recursos Naturais	9	7,1
Total	127	100,0

1. Actividade profissional

A fim de caracterizarmos a actividade profissional dos diplomados, recorreremos a duas componentes de informação, uma que versa sobre as condições de obtenção de emprego e a outra sobre o emprego propriamente dito, recaindo fundamentalmente sobre os seguintes aspectos: situação perante o emprego; dificuldades na obtenção do primeiro emprego; factores favoráveis à obtenção do emprego; caracterização do primeiro emprego e do emprego actual; relação do emprego com o curso; conhecimentos e capacidades utilizadas no emprego; satisfação no emprego e vínculo às entidades patronais.

1.1 Situação perante o emprego

Apenas 9% dos respondentes referiram que já estavam empregados, ou desenvolviam uma actividade profissional no momento em que ingressaram no curso da ESACB. Em consequência disso, o dado a realçar é o de que 91% dos diplomados que responderam não tinham qualquer experiência do mercado de trabalho e, como tal, das questões de inserção no mesmo.

A situação perante o emprego durante a parte lectiva do curso descrita na Tabela 2, pode ser considerada normal se atendermos a que é natural que os alunos reforcem a sua preocupação de encontrar um emprego na parte terminal do curso. Contudo, ainda nos parece um pouco altas as percentagens de diplomados que esperam pelo estágio ou pelo final de curso para iniciar as acções de procura de emprego (algumas razões para tal facto poderão estar relacionadas com o desejo de alguns diplomados continuarem a carreira académica).

Tab. 2 – Situação perante o emprego durante a parte lectiva do curso e do estágio respectivamente (%)

Situa. perante o emprego	Parte lectiva(%)	Estágio (%)
Empregado	4,5	7,4
Iniciou uma actividade	4,5	17,4
Procurou emprego	9,1	35,5
Não procurou emprego	81,9	39,7
Total	100	100

Como a tabela anterior deixa transparecer a formalidade da conclusão do curso assume-se como um marco relevante no processo de inserção profissional dos diplomados, já que, uma vez terminado o estágio, os alunos encontram--se efectivamente em posse de um documento, o diploma. Este surge como um elemento que os poderá acreditar, perante terceiros e perante o próprio diplomado, como técnicos capazes de desempenharem as funções que vulgarmente lhe são atribuídas por natureza da formação adquirida. Na tabela 3 podemos verificar que após terem terminado o estágio 21% dos diplomados já se encontravam

empregados. Pensamos que o facto de cerca de 36% dos diplomados necessitarem de mais de seis meses para arranjar o primeiro emprego, denota uma certa fragilidade da situação do mercado de trabalho. A acrescer à preocupação atrás referida, podemos considerar também como preocupante, ou pelo menos merecedora de atenção especial, a fraca representação da iniciativa individual dos diplomados na criação do próprio emprego, bem como o longo período de tempo que necessitam para a implementar.

Tab. 3 - Situação perante o emprego após terminar o estágio

Situação perante o emprego	(%)
Já se encontrava empregado	21
Empregou-se no local onde estagiou	3
Não procurou emprego	7
Ainda não encontrou emprego	12
Conseguiu encontrar emprego em 6 meses	9
Conseguiu encontrar emprego em 12 meses	17
Conseguiu encontrar emprego em mais de 12 meses	19
Iniciou uma actividade por conta própria até 6 meses	7
Iniciou uma actividade por conta própria até 12 meses	2
Iniciou uma actividade por conta própria após 12 meses	2
Total	100

Conforme se pode constatar pela tabela 4, apenas cerca de 10% dos diplomados ainda não tinham obtido o seu primeiro emprego no momento em que foi efectuado o estudo (Quadro 4). Porém esta situação deve-se, em parte, ao facto de um número significativo dos diplomados terem reingressado no sistema de formação, para se licenciarem, e no sistema de estágios profissionais, os quais nem sempre correspondem a um emprego.

Tab. 4 - Situação profissional dos diplomados

Situação profissional	Respostas	(%)
Empregado	82	65
Desempregado	12	10
Trabalha por conta própria	13	10
A estudar	14	11
Situação profissional indefinida/ /estágios profissionais	5	4
Total	126	100

1.2 Dificuldades na obtenção do emprego

A tentativa de identificar dificuldades emerge da vontade de se poderem desenvolver acções que de

algum modo possam ajudar a superá-las ou a contorná-las. Pensamos que a tabela seguinte ilustra de alguma maneira a importância relativa com que cada um dos factores apresentados constituem obstáculos à obtenção do emprego, deixando em aberto algumas pistas para actuação por parte dos directamente interessados em contribuir para a minimização desta problemática.

Tab. 5 – Dificuldades na obtenção do emprego (%)

Dificuldades	(%)
Falta de experiência/ juventude dos técnicos	38,9
Problemas com o sector relacionado com o curso	32,6
Falta de apoio (cunhas) e informação	29,5
Falta de empregos na região	24,2
Formação inadequada	18,9
Concorrência com outros diplomados	17,9
Desconhecimento do curso pelas empresas	15,8
Preferência por mão-de-obra masculina	10,5
Más condições de trabalho	5,3
Nenhuma	6,3
Má conduta das entidades empregadoras	6,3
Problemas em identificar as saídas profissionais	3,2
Inexistência de uma carreira bem definida	2,1
Trabalhador estudante	2,1
Remuneração insuficiente	1,1

N=95

1.3 Factores favoráveis à obtenção de emprego

O papel que o nível de formação e esta propriamente dita desempenha no processo de obtenção de emprego é indiscutível. Porém, além destes, e nos tempos que correm, cada vez mais se afigura indispensável a conciliação de outros factores. Quem procura deve fazer jogar a seu favor todos os aspectos que possam pesar no juízo das

entidades empregadoras. O diploma, por si só, raramente chega para se obter um determinado emprego, pois, como se pode verificar na tabela 6, o bom relacionamento social parecer ser o factor que melhor complementa a acção de obter emprego.

1.4 Caracterização do primeiro emprego

Para a caracterização do emprego recorreremos a três tipos de informação: as funções desempenhadas pelos diplomados no exercício da sua actividade profissional, quer esta seja relacionada com o sector agrário quer com qualquer outro sector; o tipo de entidades empregadoras e a respectiva distribuição geográfica, e os indicadores da estabilidade/mobilidade do emprego.

O leque de funções realizadas pelos técnicos diplomados pela ESACB é bastante diversificada e abrangente, podendo-se dizer que existem diplomados a exercer actividade profissional em quase todas as áreas do meio rural e agrário.

Tab. 7 – Entidades empregadoras (%)

Associações e organizações de agricultores	22,7
Empresas privadas relacionadas com o sector agrário	20,6
Organismos e instituições estatais do sector agrário	23,7
Instituto de Emprego e Formação profissional	2,1
Empresas em nome individual – próprio	5,2
Unidades agro-industriais	6,2
Autarquias	7,2
Empresas de consultoria gestão e prestação de serviços no sector agrário	12,4
Total	100,0

N=95

A distribuição das entidades empregadoras apresenta-se de alguma maneira prefigurada com a política agrária que se pretende instalar, privilegiando a iniciativa privada, as organizações de agricultores e outros organismos, em detrimento da intervenção no aparelho do Ministério da Agricultura. Assim, as entidades empregadoras são na sua maioria empresas de carácter privado ou coopera-

Tab. 6 – Avaliação dos factores de apoio à obtenção de emprego (%)

Factores favoráveis à obtenção de emprego	Pouco a nada importante	Importante	Muito importante a imprescindível
Boa formação técnica	2,5	24,6	72,9
Boa formação prática	2,4	11,4	86,2
Estágio	17,9	44,7	37,4
Bom relacionamento social	0,8	30,1	69,1
Acções desenvolvidas pela ESACB	26,4	45,5	28,1
Imagem da ESACB no exterior	27,0	33,6	39,4

N=123

tivas e associações (Tab. 7), embora prevaleça a forte representatividade dos organismos e instituições estatais relacionados como o sector Agro-Rural.

A distribuição geográfica do emprego demonstra o carácter abrangente que a ESACB tem vindo a assumir desde a sua formação. Não obstante, apresenta de igual modo uma forte contribuição para o desenvolvimento da sua zona de influência (Tab. 8). De certa forma, pensamos que estes valores tanto em termos percentuais como em termos absolutos, atestam bem o importante papel que a ESACB tem vindo a desempenhar no que respeita a formação de técnicos com capacidade de fixação na região da Beira Interior, contribuindo de forma clara para o seu desenvolvimento.

Tab. 8 – Distribuição geográfica do emprego (%)

Empreg. no Concelho de Castelo Branco	20
Empreg. na região de influência da ESACB	26
Empreg. no resto do país	54
Total	100

N=102

Por razões de diversa ordem, que normalmente estão relacionadas com a instabilidade e dificuldades no mercado de emprego no sector, os diplomados apresentam uma considerável mobilidade no emprego. Conforme podemos verificar na tabela 9 apenas 27,6% dos diplomados se encontram no seu primeiro emprego. Este grau de mobilidade é tanto mais relevante, pelo facto de nos ter sido revelado que a grande maioria destas mudanças de emprego se verificaram no sentido de aproximar os diplomados de actividades mais afins com a natureza dos seus cursos, isto é, mais relacionados com o sector agrário.

Tab. 9 – Número do emprego actual

Número do emprego	(%)
Primeiro emprego	27,6
Segundo emprego	43,9
Terceiro emprego	14,3
Quarto emprego	10,2
Quinto emprego (ou mais)	4,1
Total	100,0

N=98

Tab 10 - Utilização dos conhecimentos utilizados pelos diplomados no desempenho da sua actividade profissional (%).

Tipo de conhecimentos	Grau de utilização					
	Nenhuma	M. pouca	Pouca	Bastante	Muita	
Conhecimentos teóricos						
Parte lectiva		12,6	15,3	33,3	30,6	8,1
Estágio		29,8	24,0	23,1	17,3	5,8
Conhecimentos práticos -técnicos						
Parte lectiva		15,3	18,0	32,4	26,1	8,1
Estágio		25,5	29,2	26,4	11,3	7,5
Conhecimentos de base geral						
Parte lectiva		5,5	5,4	39,6	38,7	10,8
Estágio		18,9	19,8	32,1	21,7	7,5

N=106

1.5 Relação do emprego com o curso – satisfação profissional

A fim de se tentar criar uma imagem ilustrativa da relação do emprego como o curso, procedeu-se à utilização de questões que nos permitissem caracterizar a aplicação dos conhecimentos adquiridos ao longo da formação no desempenho das actividades profissionais. Os valores expresso na tabela 10 deixam-nos aperceber, por um lado, que a componente teórica é a que é reconhecida como a de maior utilização no desempenho da actividade profissional, e por outro lado, que o estágio parece estar a desempenhar um papel aquém dos objectivos que lhe são inerentes.

A satisfação profissional poderá ser influenciada por uma multiplicidade de factores de natureza socio-economica. Na tabela 11 apresentamos alguns dos factores que pensamos poderem revelar com alguma acuidade este tema que nunca deixa de ter uma grande carga de subjectividade.

Tab. 11 – Avaliação da satisfação profissional no emprego (%)

Critérios feito	Insatisfeito	Satis. satis.	Muito
Actividade profissional	9,1	40,0	42,9
Remuneração	33,3	48,6	18,1
Estabilidade de emprego	49,1	30,9	20,0
Perspectivas de progressão na carreira	49,1	31,5	19,4
Actualização de conhecimento	19,8	38,7	41,5
Desenvolvimento profissional	17,3	40,9	41,8
Ambiente socio-profissional	9,1	43,6	47,3
Acesso ao local de trabalho	11,8	39,1	49,1
Tempo livre	28,8	45,9	25,3
Prestígio social	12,7	50,9	36,4

N=110

2. Considerações finais

Em termos de nota final, somos levados a considerar que o cenário do mercado de trabalho para os técnicos agrários já foi mais simples e, como tal, mais fácil o acesso ao emprego. Presentemente, da evolução constante e acelerada de todos os sistemas tecnológicos produtivos ou não, dos sistemas comerciais e dos sistemas de comunicação, emerge para os técnicos agrários uma multiplicidade de possibilidades de desempenho de actividade profissional como nunca até aqui se tinha verificado. Porém, com esta diversidade, surgem de forma acrescida as dificuldades e os desafios que se colocam ao recém--diplomado para entrar no mercado de trabalho, no qual a concorrência também aumentou tanto pela força da procura como pela natureza da oferta.

Deste modo, consideramos vital que a ESACB, neste contexto, continue a cumprir o seu papel de inovar e de aumentar os padrões de qualidade da formação que oferece aos seus alunos, por forma a que, estes surjam mais competitivos no mercado de trabalho. Por outro lado, cumpre aos alunos, cada vez mais, estarem atentos a todas as actividades que, de uma maneira ou de outra, lhes permitam um melhor posicionamento nesse mesmo mercado. Por fim, mas não menos importantes, serão todas as acções institucionais ou individuais, tanto de natureza técnica como financeira, que possam contribuir para uma aumento significativo da criação do próprio emprego.

1 Prof. Coordenador da ESACB e.mail: celestino@esa.ipcb.pt
2 Técnica Superior de 2.ª Classe e.mail: lesteves@esa.ipcb.pt

Licenciatura em

Engenharia Florestal

Provas de ingresso

Biologia ou Matemática ou Química ou Física

Objectivos

A licenciatura em Engenharia Florestal tem como objectivo a formação de profissionais com os conhecimentos necessários e adequados às necessidades do sector florestal. Concede-se uma formação integrada e abrangente, enquadrada numa perspectiva de utilização multifuncional e sustentada do espaço florestal, nomeadamente a conservação da natureza, benefícios ambientais da floresta, gestão de recursos naturais ligados à floresta e sistemas de produção agro-silvo-pastoris. A formação proposta incorpora também, a utilização das mais recentes técnicas de planeamento e ordenamento florestal, nomeadamente a cartografia automática, os sistemas de posicionamento global por satélite e os sistemas de informação geográfica.

Saídas Profissionais

- Organizações de produtores florestais;
- Empresas privadas;
- Administração pública;
- Organizações de crédito;
- Centros de gestão e planeamento;
- Viveiros florestais;
- Indústrias de madeiras, celulose e cortiça;
- Gabinetes de projecto florestais e de gestão florestal.